

## PERCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL<sup>1</sup>

*Eixo Temático ET 09 - Corpos, Gênero e Infâncias: Memórias, Lutas e Resistências  
na Educação Infantil*

Fábio Hoffmann Pereira<sup>2</sup>  
Julianny Barbosa de Oliveira<sup>3</sup>  
Mayara Mirelly da Silva<sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo apresenta uma pesquisa em andamento que tem como objetivo compreender as percepções de educadores sobre as relações de gênero no currículo e no cotidiano da Educação Infantil. A metodologia do estudo está baseada em rodas de conversa. O presente trabalho aborda brevemente o conceito de gênero e a percepção que as participantes têm sobre a importância de formação nessa temática. Apesar de as análises ainda estarem sendo realizadas, já é possível evidenciar que a formação oferecida sobre Gênero e Diversidade em cursos de formação inicial e continuada privilegiam a sensibilização do olhar para o cotidiano e o trabalho com crianças e adolescentes das etapas do ensino fundamental e médio, em detrimento da educação infantil.

**Palavras-chave:** Gênero e educação, Educação infantil, Roda de conversa, Formação de professores.

### INTRODUÇÃO

A partir do final dos anos 1990, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) incorporou o atendimento educativo institucionalizado de

---

<sup>1</sup> Este trabalho é parte do projeto de pesquisa “Percepção de educadoras e educadores sobre as relações de gênero no currículo e no cotidiano da Educação Infantil”, financiado parcialmente pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL.

<sup>2</sup> Doutor em Educação. Professor do Curso de Pedagogia do Campus Arapiraca da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, hoffmann@arapiraca.ufal.br.

<sup>3</sup> Graduanda no Curso de Pedagogia do Campus Arapiraca da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, julianny.oliveira@arapiraca.ufal.br.

<sup>4</sup> Graduanda no Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, mayara.mirelly@cedu.ufal.br.

bebês e de crianças pequenas até os cinco anos de idade como a primeira etapa da Educação Básica, o campo de estudos da Educação Infantil consolidou-se no Brasil. Em breve relato, Maria Letícia Barros Pedroso Nascimento (2013) comenta que, nos anos 1960 e 1970, as pesquisas sobre crianças focalizavam problemas sociais em decorrência das diferenças e desigualdades econômicas, que levavam crianças à fome, à miséria, à marginalização social e à violência. Eram tempos em que a chamada teoria da carência cultural estava em voga e grande parte da produção científica e acadêmica se fundamentava em estudos psicopedagógicos que visavam a pesquisa de instrumentos de medida psicológica (PATTO, 2000, p. 143). Nesta época, assim como também nos anos 1970, muitas pesquisas evidenciavam uma correlação entre classe social e escolaridade.

Nos anos 1970, um crescente aumento de investigações sobre o desenvolvimento cognitivo marca a preocupação com propostas de intervenção em pré-escolas. Pensava-se que as crianças deveriam ser estimuladas e preparadas, por meio do desenvolvimento de habilidades de prontidão (POPOVIC; MORAES, 1966), para a alfabetização e que isso diminuiria a repetência e o fracasso escolar. Nos anos 1980, aparecem os primeiros estudos sobre as interações entre crianças em contexto creches e pré-escolas. Para a autora, as crianças, suas interações e brincadeiras começam a se tornar visíveis, embora predominem os resultados obtidos pelo papel desempenhado na sala do grupo ao qual pertencem (NASCIMENTO, 2013, p. 14).

No final dos anos 1980, impulsionada pelas pressões internacionais (Unesco, Unicef, OIT, organizações sociais internacionais etc) e movimentos sociais nativos em fortalecimento, a legislação brasileira incorpora o bebê e a criança pequena como sujeitos de direitos. Nesse contexto, vemos a ampliação de políticas de Educação para crianças de zero a cinco anos na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), culminando na definição da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, organizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

Para Nascimento (2013), essa mudança no contexto normativo amplia os horizontes da pesquisa sobre as crianças como sujeitos de direitos (NASCIMENTO, 2013, p. 14). Lúcia Rabello de Castro e Ethel Kosminsky (2010) enfatizam que essa mudança na forma de enxergar a criança no contexto normativo e social aponta a pesquisa para outra direção, incorporando estudos sociológicos. Assim, muitos estudos

têm sido desenvolvidos nos diversos âmbitos da Educação Infantil, seja nas relações de pares, nas relações professor(a)-criança, nas políticas públicas para as crianças, na formação de professoras/es, entre muitos outros aspectos.

Em paralelo, o desenvolvimento dos chamados Estudos de Gênero ou das Relações de Gênero também encontraram na Educação Infantil um terreno fértil de possibilidades de investigação (ROSEMBERG, 1975; 1996; FARIA, 2006). Estes estudos oferecem elementos para se pensar a organização das instituições educativas que atendem bebês e crianças pequenas, os fenômenos conhecidos como feminização do magistério, as práticas pedagógicas, a relação do/da professor/a com as crianças, a relação de pares infantis, questões ligadas à formação da identidade das crianças pela representação social, as políticas que se estabelecem nas relações entre os profissionais da Educação Infantil, a presença de professores homens na atuação direta com bebês e crianças pequenas, as fronteiras e as transgressões dos estereótipos e expectativas de gênero sobre as meninas e os meninos, entre muitos outros aspectos.

A multiplicidade como as relações de gênero se manifestam na Educação Infantil, no cotidiano das instituições e nas micropolíticas das relações, é tamanha que nem sempre a formação docente, seja inicial em curso de Pedagogia, seja continuada em cursos e momentos de trabalho coletivo nas instituições educativas, dá conta de sensibilizar e conscientizar as professoras, os professores e outros profissionais da Educação Infantil sobre as formas como Gênero aparece no dia a dia das instituições. Assim, é possível observar situações em que os estereótipos são reforçados e crianças que rompem com essas fronteiras são castigadas e experimentam o sofrimento emocional e psíquico, situações em que professores homens são expulsos do trabalho direto com as crianças e após pouco tempo no magistério se vêem ascendendo na carreira em funções de gestão escolar, muitas vezes em órgãos centrais da administração e fora da instituição educativa, situações em que as meninas são silenciadas ao manifestar hipóteses, enquanto os meninos são incentivados a explicar os fenômenos naturais que observam no dia a dia, situações em que as famílias não são bem recebidas na escola por não representarem o modelo de família nuclear, considerada como desestruturada.

Nesse sentido, este trabalho apresenta um estudo em andamento cujo objetivo é compreender as percepções de professoras e professores sobre gênero no currículo e no

cotidiano da Educação Infantil. Para tanto, ofereceu-se uma atividade de extensão universitária para docentes em atuação em creches e em pré-escolas. A metodologia empregada neste estudo foi a das rodas de conversa. Assim, as conversas giraram em torno das formas como as Relações de Gênero se manifestam no ambiente educativo.

## **METODOLOGIA**

A metodologia de rodas de conversa são uma possibilidade interessante de pesquisa, considerando que as interações sociais fornecem uma riqueza imensa de materiais de pesquisa (MÉLLO, et. al., 2007). As rodas de conversa, ao contrário da entrevista e da aplicação de questionários, “que atrelam respostas a perguntas previamente elaboradas como num inquérito, (...) priorizam discussões em torno de uma temática, de modo a tornar possível dar visibilidade às práticas relacionadas à interação cotidiana” (MÉLLO, et. al., 2007, p. 30).

Complementarmente, Everton Bedin e José Cláudio Del Pino enfatizam que “por meio das rodas de conversa, há uma horizontalização das relações de poder; os professores que as compõem se implicam, dialeticamente, como atores histórico-sociais e crítico-reflexivos diante da realidade” (BEDIN; DEL PINO, 2018, p. 225). Assim, espera-se que seja possível perceber o conjunto de saberes e percepções que professoras e professores da Educação Infantil possuem, em confronto e diálogo com colegas, evidenciando possíveis contradições e discordâncias em relação aos discursos pedagógicos que constituem os grupos profissionais que participaram da pesquisa.

Devido à pandemia de covid-19, que impõe medidas de isolamento e de distanciamento físico entre as pessoas, todo o trabalho de campo foi desenvolvido de forma remota, com uso das plataformas digitais Microsoft Teams. Tanto o convite, os procedimentos de consentimento para participação na pesquisa quanto as rodas de conversa propriamente ditas foram realizadas de forma remota.

Para reunir profissionais da Educação Infantil, foi oferecida uma ação de extensão universitária, na forma de curso de curta duração, com carga horária de 32 horas, intitulado “Relações de gênero na educação infantil”. A metodologia do curso foi baseada, entre outras estratégias, em rodas de conversa, que foram gravadas e os diálogos, transcritos na íntegra. Ao todo, foram realizados oito encontros durante o mês de janeiro do ano de 2022. Treze professoras, todas mulheres, participaram da pesquisa.

As rodas de conversa foram guiadas por temas. Em cada encontro, um assunto era destacado para ser debatido. Os dados estão sendo analisados a partir das gravações e das transcrições dos diálogos. Robert Bogdam e Sari Biklen (1991) discutem formas de tratamento da informação, com uso de arquivos, realces coloridos para destacar trechos, falas e expressões recorrentemente utilizadas, etc. A metodologia de análise tem adotado dois tipos de categorização:

a. **FRASES E EXPRESSÕES** recorrentemente utilizadas por vários participantes; frases e expressões recorrentemente utilizadas por alguns participantes; frases e expressões que trazem referências a teorias e teóricos das ciências humanas e sociais.

b. **PEDAGÓGICA:** Práticas pedagógicas relatadas que trabalham questões ligadas ao corpo e corporalidade; quais práticas pedagógicas tratam das questões ligadas às relações entre masculino e feminino na Educação Infantil; quais práticas procuram desenvolver percepção das crianças sobre seu corpo e questões ligadas à sexualidade; quais práticas revelam-se como de questionamento à ordem patriarcal nas relações humanas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa em andamento está em fase de análise dos dados produzidos. Participaram do estudo treze professoras de educação infantil, todas da rede municipal de Educação da Cidade de São Paulo. Entre o grupo, havia participantes que desenvolvem pesquisas na linha de pesquisa de Relações de Gênero e formadoras de referência na temática em diretoria regionais da Secretaria Municipal de Educação. A maior parte do grupo demonstrou compreender minimamente o conceito de gênero, compreendido ora como as relações entre homens e mulheres, ora como componente importante da sexualidade humana.

Sandra Harding (1986) e Joan Scott (1995), entre outras autoras feministas, utilizam didaticamente de “partes” para explicar o conceito de gênero. Harding fala em gênero como construções simbólicas, estruturais e individuais. Para Scott, a “definição de gênero tem duas partes e diversas subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados” (1995, p. 86). Para esta autora, gênero é “um

elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (...) uma forma primária de dar significado às relações de poder” (idem).

Ainda que não pudessem compreender bem ou expressar teoricamente esses conceitos, as professoras participantes da pesquisa sabiam que gênero tem relação com questões de dominação e subordinação das mulheres em um sistema patriarcal de relações sociais e que também tem relações com a subjetividade humana ligada à sexualidade. Nenhuma delas, no entanto, manifestou conhecer a organização simbólica que o gênero possibilita, especialmente em relação aos rituais, formas de organização institucional e outros aspectos nos quais o gênero pode estar relacionado simbolicamente..

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além dos limites de espaço e pelo fato de os dados ainda estarem sendo analisados, não é possível alongar na discussão. Mas gostaríamos de destacar a importância do curso e das rodas de conversa sobre Relações de Gênero e Educação Infantil. A fala de uma das participantes foi emblemática para a equipe. Ao se apresentar, a Professora Janaína falou que havia estudado disciplina específica sobre Relações de Gênero e Educação no seu curso de graduação em Pedagogia.

*Estudar isso é... uma coisa é ver como educanda [na graduação], pensando no todo, na educação como um todo. Mas aprofundar esse olhar na educação infantil era algo que eu, quando eu estudava, eu sentia falta. Porque o foco era mais voltado para os [alunos] maiores (Janaína, 11/01/2022).*

Outras participantes concordaram que quando se estudam as relações de gênero na Educação, os cursos oferecem uma abordagem que permite observar a instituição escolar e o trabalho com crianças e adolescentes do ensino fundamental e médio, mas não da Educação Infantil. Essa indicação evidencia que é necessário incluir aspectos do desenvolvimento de bebês e de crianças pequenas em disciplinas que tratem sobre relações de gênero na formação de professores, bem como ampliar a oferta de oportunidades de formação continuada que olhem para as especificidades dessa etapa da educação básica.



## REFERÊNCIAS

BEDIN, Everton; DEL PINO, José Claudio. Interações e intercessões em rodas de conversa: Espaços de formação inicial docente. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 99, n. 251, jan.-abr. 2018, pp. 222-238. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3383>.

BOGDAN, Robert; BIKLEM, Sari. *Investigação qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto (Portugal): Porto Editora, 1991.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm).

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm).

CASTRO, Lucia Rabello; KOSMINSKY, Ethel V. Childhood and its regimes os visibility in Brazil: An analysis of the contribution of the Social Sciences. *Current Sociology*, v. 58, n. 2, mar. 2010, pp. 206-231. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0011392109354242>.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, jan./jun. 2006, pp. 279-287. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100012>.

HARDING, Sandra. *The science question in feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

MÉLLO, Ricardo Pimentel; SILVA, Alyne Alvarez; LIMA, Maria Lúcia Chaves; DI PAOLO, Angela Flexa. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, Recife/Belo Horizonte, v. 19, n. 3, 2007, pp. 26-32. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000300005>.

NASCIMENTO, Maria Leticia Barros Pedroso (ccod). *Infância e Sociologia da Infância: Entre a invisibilidade e a voz (Relatório de Pesquisa)*. São Paulo: FEUSP, 2013. 164p.



PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar. 2ª edição. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

POPOVIC, Ana Maria; MORAES, Genny Golubi de. Prontidão para a alfabetização: Programa para o desenvolvimento de funções específicas. São Paulo: Editora Vetor, 1966.

ROSEMBERG, Fulvia. A escola e as diferenças sexuais. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 15, dez. 1975, pp.78-85. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1814>.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, n. 20, v. 2, 1995, pp. 71-99.